



**anp**  
Agência Nacional  
do Petróleo,  
Gás Natural e Biocombustíveis

# principais alterações do contrato de partilha da produção

**Artur Watt Neto**

*Rio de Janeiro, 18 de setembro de 2019*

# cláusula 1ª - definições PATO

1.2.41.1.2.40. **Programa Anual de Produção:** documento em que se discriminam as previsões de Produção e movimentação de Petróleo, Gás Natural, água, fluidos especiais e resíduos oriundos do processo de Produção de cada Área de Desenvolvimento ou Campo.

1.2.41. **Programa Anual de Trabalho e Orçamento da Fase de Exploração:** documento revisado a cada ano da Fase de Exploração em que se especifica o conjunto de atividades a serem realizadas e as já realizadas pelos Consorciados, incluindo o detalhamento dos investimentos necessários.

1.2.42. **Programa Anual de Trabalho e Orçamento da Fase de Produção:** documento em que se especifica o conjunto de atividades a serem realizadas pelos Consorciados para o próximo quinquênio, incluindo o detalhamento dos investimentos necessários à realização de tais atividades na Fase de Produção.

1.2.43. **Programa de Desativação das Instalações:** documento em que se especifica o conjunto de atividades visando ao abandono definitivo de poços, incluindo seu eventual arrasamento, e de retirada de operação, remoção e destinação final adequada das instalações e recuperação das áreas por elas afetadas.

1.2.44. **Programa Exploratório Mínimo:** programa de trabalho previsto no Anexo II, a ser cumprido pelos Consorciados no decorrer da Fase de Exploração.

*Divisão dos planos anuais  
entre as fases de exploração  
e produção*

## cláusula 10ª - PATO

10.11. Em caso de descumprimento do Programa Exploratório Mínimo, o Contratado não poderá prosseguir para a Fase de Produção.

não há descumprimento  
parcial

### Programa Anual de Trabalho e Orçamento da Fase de Exploração

10.12. Os Programas Anuais de Trabalho e Orçamento deverão guardar estrita correspondência com os demais planos e programas aprovados.

10.13. Os Consorciados deverão apresentar à ANP, até o dia 31 de outubro de cada ano, o Programa Anual de Trabalho e Orçamento do ano subsequente, nos termos da Legislação Aplicável.

separação entre PATO da  
fase de exploração e de  
produção

10.13.1. O primeiro Programa Anual de Trabalho e Orçamento deverá contemplar o restante do ano em curso e ser apresentado pelos Consorciados no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data de assinatura deste Contrato.

10.13.2. Caso faltem menos de 90 (noventa) dias para o final do ano em curso, o primeiro Programa Anual de Trabalho e Orçamento contemplará também, separadamente, o ano subsequente.

10.13.3. O conteúdo e os procedimentos para apresentação, revisão e alteração dos Programas Anuais de Trabalho e Orçamento da Fase de

---

Exploração são os definidos nas orientações da ANP e na Legislação Aplicável.

# cláusula 11ª - garantias financeiras

## Validade das Garantias Financeiras

11.12. A validade ~~das garantias financeiras~~ da garantia financeira deverá exceder em pelo menos 180 (cento e oitenta) dias a data prevista para o término da Fase de Exploração.

11.12.1. As garantias financeiras deverão ser renovadas sempre que necessário, já no montante monetariamente atualizado, observado o disposto no parágrafo 11.13.12.

~~11.12.2. Em caso de suspensão da Fase de Exploração, a renovação das garantias financeiras deverá cobrir prazo não inferior a 1 (um) ano.~~

~~11.12.3. Caso o Contratado não cumpra o disposto no parágrafo 11.13, a ANP poderá resolver o Contrato conforme disposto na alínea "a" do parágrafo 32.4.~~

11.13. Em caso de deterioração das garantias financeiras, a critério da ANP, o Contratado deverá substituí-las ou apresentar garantias adicionais.

11.13.1. Caso a garantia tenha sido apresentada na modalidade contrato de penhor de Petróleo e Gás Natural, a ANP poderá notificar o Contratado para, nos termos do edital de licitações e do contrato de penhor assinado entre as partes, realizar chamada de margem de garantia ou, alternativamente, solicitar que seja apresentada nova garantia a fim de cobrir eventual diferença entre a garantia requerida e a garantia efetiva, em até 60 (sessenta) dias contados do recebimento da notificação.

*não precisa renovar por um ano, bastam 180 dias*

# cláusula 11ª - garantias financeiras

## Execução das Garantias Financeiras da Cláusula Penal Compensatória

11.16. Em caso de constatado o não cumprimento do Programa Exploratório Mínimo, a ANP intimará os Contratados a pagar, a título de cláusula penal compensatória, em até 30 (trinta) dias, o valor atualizado correspondente à parcela não executada, calculado nos termos deste Contrato, em até 30 (trinta) dias e, em caso de inadimplemento, sem incidência de qualquer desconto por pagamento voluntário.

11.16.1. Em caso de não pagamento voluntário, a ANP executará as respectivas garantias financeiras.

11.16.2. A declaração da ANP sobre o descumprimento contratual em sede de processo administrativo submetido ao contraditório e ampla defesa tem eficácia imediata e configura causa suficiente para a execução da garantia oferecida, inclusive seguro garantia. Eventual suspensão da execução depende de decisão da própria ANP, nos termos da alínea “m” do parágrafo 35.5, ou de decisão arbitral ou judicial em vigor. Em qualquer caso, tal suspensão não impede a comunicação do sinistro pela ANP à seguradora dentro do prazo, e sua efetiva execução quando encerrada a suspensão sem reversão da decisão administrativa, ainda que após o prazo original da garantia.

11.17. O recebimento do valor correspondente à cláusula penal compensatória pela inexecução do Programa Exploratório Mínimo:

- a) não exime os Consorciados do cumprimento das demais obrigações derivadas do Contrato;
- b) não prejudica o direito de a ANP buscar outras reparações e aplicar eventuais

*natureza de cláusula penal*

*declaração da ANP configura o sinistro, salvo se for suspensão administrativa ou judicialmente*

# cláusula 15ª - Plano de desenvolvimento

## Prazos

15.1. Os Consorciados deverão apresentar o Plano de Desenvolvimento à ANP no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da apresentação da Declaração de

Comercialidade ou do recebimento da comunicação de aprovação do Relatório Final de Avaliação de Descoberta, o que ocorrer por último.

~~15.1.1. Caso a Declaração de Comercialidade seja postergada, nos termos dos parágrafos 13.4 e 13.5, o Plano de Desenvolvimento deverá ser apresentado na data da Declaração de Comercialidade.~~

15.2. A entrega intempestiva do Plano de Desenvolvimento sujeitará os Consorciados à aplicação das sanções previstas na Cláusula Trigésima ~~Primeira~~ e na Legislação Aplicável.

15.3. Constatada a não entrega do Plano de Desenvolvimento no prazo estabelecido, a ANP notificará os Consorciados para que o apresentem no prazo máximo de ~~10~~ dez30 (trinta) dias, findo o qual se extinguirá de pleno direito o Contrato em relação à respectiva Área de Desenvolvimento.

*flexibilização – mesmo em caso de postergação, caberá o prazo de 180 dias.*

# cláusula 29ª - cessão de direitos

~~30.11.~~29.11. A Cessão do Contrato somente será autorizada, ressalvada a hipótese do parágrafo ~~32~~31.4.2, quando:

a) cumpridos os contratados estiverem adimplentes com requisitos técnicos, econômico-financeiros e jurídicos estabelecidos pela ANP;

b) preservados o objeto e as demais condições contratuais;

c) atendido o disposto no art. 88 da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, se aplicável;

a)d) as obrigações do Contrato; contrato de Exploração e Produção objeto do pedido estejam sendo adimplidas; e

b)e) o cedente e o cessionário, ou a garantida, nos casos de isenção ou substituição de garantia de performance, estiverem adimplentes com todas as suas obrigações relativas às Participações Governamentais e de terceiros perante todos os contratos de concessão ou partilha de produção em que sejam partes.

29.11.1. Caso a cedente esteja inadimplente e a Cessão não seja voluntária, determinada pela ANP ou decorrente de execução de cláusula contratual com terceiros, a Cessão será permitida se o cessionário ou o executor da garantia realizarem o pagamento das obrigações relativas aos contratos a serem cedidos, desde que se comprometam a repassar qualquer valor eventualmente devido ao cedente por conta da Cessão diretamente para a ANP, até que a totalidade da dívida da cedente perante a ANP seja quitada.

29.11.1.1. Na hipótese do parágrafo 29.11.1, não será admitida a Cessão para Afiliada.

*cessão não voluntária –  
relativização da  
inadimplência*

# cláusula 31ª - extinção de pleno direito

## Extinção de Pleno Direito

~~32.1.31.1.~~ Este Contrato extingue-se, de pleno direito:

- a) pelo decurso do prazo de vigência previsto na Cláusula Quarta;
- b) pelo término da Fase de Exploração sem que o Programa Exploratório Mínimo tenha sido cumprido;
- c) ao término da Fase de Exploração caso não tenha ocorrida qualquer Descoberta Comercial;
- d) caso o Contratado devolva integralmente a Área do Contrato;
- e) caso o Contratado exerça seu direito de desistência durante a Fase de Exploração;
- f) pela não entrega do Plano de Desenvolvimento no prazo fixado pela ANP;
- g) pela não aprovação do Plano de Desenvolvimento pela ANP previsto na Cláusula Décima Quinta;
- h) total ou parcialmente, pela recusa dos Consorciados em firmar o ~~acorde~~ Acordo de Individualização da Produção, após decisão da ANP;
- i) pela falta de renovação das garantias financeiras em até 30 (trinta) dias antes do seu prazo de validade; ou
- i) pela decretação de falência ou a não aprovação de requerimento de recuperação judicial de qualquer Contratado por parte do juízo competente, ressalvado o disposto no parágrafo ~~32.4.2.31.4.2.~~

*falta de renovação das  
garantias financeiras*

## cláusula 32ª - Caso fortuito e força maior

33.4.32.4. A Contratante, ouvida a ANP, poderá suspender o curso do prazo contratual caso comprovado atraso no procedimento de licenciamento ambiental ~~por responsabilidade exclusiva dos entes públicos competentes.~~

32.4.1. O curso do prazo contratual poderá ser cautelarmente suspenso, tão logo o prazo regulamentar para decisão do órgão licenciador, no processo de licenciamento ambiental, tenha sido excedido.

32.4.2. O Contratado solicitará à ANP a suspensão cautelar do prazo contratual demonstrando que há atraso no procedimento de licenciamento ambiental, devendo a ANP proferir a decisão dentro do prazo de 60 (sessenta) dias contados da solicitação do Contratado.

32.4.3. Caso haja o deferimento por parte da ANP, o curso do prazo contratual será suspenso cautelarmente a partir da data da decisão da ANP, sendo garantido ao Contratado a restituição do prazo pelo número de dias transcorridos entre a data da comunicação de atraso no processo de licenciamento e a data de sua conclusão.

32.4.4. A conclusão do processo de licenciamento ambiental deverá ser imediatamente comunicada pelo Contratado.

32.4.5. O Contratado deverá comprovar que, no período compreendido entre a suspensão do curso do prazo contratual e a concessão da licença ambiental, não contribuiu para a dilatação do processo de licenciamento ambiental e que o atraso se deu por responsabilidade exclusiva dos entes públicos competentes.

32.4.6. A suspensão do curso do prazo contratual será interrompida a qualquer tempo, caso a ANP a julgue injustificada.

suspensão do contrato por atrasos no licenciamento ambiental

previsão contratual de suspensão cautelar

contratado deve ser diligente quanto ao procedimento de licenciamento ambiental

# anexo XI – regras do consórcio

## 2.2. O Operador deverá:

- a) atuar em conformidade com este Contrato, a Legislação Aplicável e as determinações do Comitê Operacional;
- b) conduzir as Operações de maneira diligente, segura e eficiente, em conformidade com as Melhores Práticas da Indústria do Petróleo, observando o Princípio do sem Perda nem Ganho em função de sua condição de Operador;
- c) notificar o Comitê Operacional e a ANP de qualquer Descoberta dentro da Área do Contrato, conforme a Cláusula Décima Segunda do Contrato;
- d) executar as Operações com Riscos Exclusivos conforme a Seção IV deste Anexoanexo;
- e) preparar os Programas de Trabalho e Orçamento e outros documentos a serem submetidos à apreciação do Comitê Operacional, nos termos deste Contrato;
- f) preparar e enviar à ANP, após definição do Comitê Operacional, os planos, programas e relatórios exigidos pelo órgão regulador;
- g) emitir Autorização de Dispendio para execução das atividades aprovadas pelo Comitê Operacional no Plano Anual de Trabalho e efetuar as chamadas de aporte de recursos para efetuar pagamento das despesas do Consórcio;
- h) efetuar a prestação de contas para o Consórcio, conforme estabelecido neste Contrato e pelo Comitê Operacional;
- i) obter as devidas licenças e permissões legais necessárias à condução das operações na Área do Contrato;
- j) propiciar aos Consorciados não Operadores acesso às instalações e aos registros das Operações, mediante a prévia solicitação deste e desde que não interfira ou coloque em risco o andamento das operações;

*relativização em caso de risco  
ao andamento das operações*

# anexo XI – regras do consórcio

3.31.4. Na hipótese de contratação através de adesão a contratos, o Operador poderá apresentar apenas a parte dos contratos relativas às operações objeto deste Contrato, omitindo as informações relativas aos outros projetos.

3.31.3.32. São procedimentos especiais de contratação dos bens e serviços necessários às operações a contratação de serviços tipicamente executados pelo Operador, diretamente, através de terceiro ou de suas Afiliadas.

3.31.1.3.32.1. O procedimento especial de contratação será regulamentado no Regimento Interno do Comitê Operacional.

3.32.3.33. É procedimento específico a contratação de bens e serviços através de pessoa jurídica estrangeira instituída pelos Contratados visando ao aproveitamento dos benefícios fiscais do regime aduaneiro especial de exportação e importação de bens e serviços que se destinem às atividades de Exploração e Produção das Jazidas de Petróleo e Gás Natural – REPETRO.

3.32.1.3.33.1. O procedimento de contratação a que se refere o parágrafo 3.33 deverá assegurar à Gestora participação no procedimento de definição de estratégia e aquisição dos bens e serviços elegíveis ao benefício do REPETRO.

3.32.2.3.33.2. O procedimento específico de contratação será regulamentado no Regimento Interno do Comitê Operacional.

3.34. A celebração de aditivos contratuais segue o procedimento previsto para as contratações originais.

3.34.1. Não obstante, caso o aditivo importe um aumento igual ou inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do valor original do contrato, é dispensada a prévia aprovação do Comitê Operacional para a sua celebração, quando originalmente requerida.

3.35. Quando a soma do valor original do contrato com o valor aditado importe a modificação do procedimento de contratação, aplica-se o procedimento previsto para a contratação que corresponda ao somatório do valor.

confidencialidade de informações

dispensa de aprovação de aditivo até 25%

soma de valores

meramente interpretativa

separação entre PATO da  
fase de exploração e de  
produção

meramente interpretativa

separação entre PATO da  
fase de exploração e de  
produção